

ISABEL FERIN CUNHA

barone.ferin@gmail.com

UNIVERSIDADE DE COIMBRA/CIMJ, PORTUGAL

PESQUISA COOPERATIVA E COMPARATIVA: O PROJETO “MÉDIA E CORRUPÇÃO (PORTUGAL, BRASIL E MOÇAMBIQUE)”

RESUMO

Neste artigo procuramos refletir sobre os desafios teóricos e metodológicos que se colocam à pesquisa cooperativa e comparativa, a partir de um conjunto de estudos empíricos realizados no projeto “Cobertura jornalística da corrupção política: uma perspectiva comparativa (Portugal, Brasil e Moçambique)”. Iniciamos a exposição discutindo os enquadramentos macro-teóricos e metodológicos que presidiram, desde o início, à adoção de uma perspectiva interdisciplinar e transnacional no espaço lusófono. Definimos pesquisa cooperativa e colaborativa e discutimos os desafios que emergem num quadro de integração global (Ampuja, 2013), onde o espaço lusófono clama por uma autonomia regional, baseada numa história partilhada e uma língua comum (Barker, 1997; Beck, 2006; Livingstone, 2012). Em seguida, desenhamos uma imagem das tendências teóricas dos Estudos de Média, dentro das Ciências Sociais, e procuramos compreender até que ponto alguns dos problemas esboçados estão presentes neste trabalho. Na análise de trajetórias metodológicas, observamos os objetivos e contextos interpretativos (Talja, Keso & Pietilainen, 1999; Beck, 2006; Beck & Sznaider, 2006; Livingstone, 2012), bem como as metodologias utilizadas e os métodos (Bryman, 2007). Tentamos também entender como essas pesquisas cooperativas e comparativas contribuem para o desenvolvimento e consolidação de mapas conceituais e para validação metodológica, bem como para a identificação de novos fenómenos políticos, sociais e dos media nos três países participantes do projeto.

PALAVRAS-CHAVE

Pesquisa cooperativa; pesquisa comparativa; metodologias de estudos dos média; cobertura jornalística da corrupção política

INTRODUÇÃO

Neste texto pretendemos refletir sobre os desafios, teóricos e metodológicos, que se levantam à investigação cooperativa e comparada, a partir de um conjunto de trabalhos empíricos realizados simultaneamente em Portugal, no Brasil e em Moçambique. Entendemos neste texto que uma investigação é cooperativa quando, a partir de um projeto, um conjunto de investigadores observa o mesmo objeto – a corrupção política – sob ângulos semelhantes ou complementares (por exemplo, a mediatização e o segredo de justiça), no mesmo contexto objetivo – a sociedade portuguesa – e, a partir de enquadramentos teóricos e metodologias partilhadas, procura interpretá-lo. Trata-se, deste modo, de um estudo a nível nacional que procura fundamentar-se num cosmopolitismo teórico e metodológico (Beck, 2006; Beck & Sznaider, 2006), a saber, em enquadramentos teóricos e metodologias reconhecidos no campo¹, com vista a obter resultados que sejam compreendidos transnacionalmente. Assumimos que a investigação comparativa pode decorrer a duas escalas: comparação entre objetos num mesmo “espaço” nação, por exemplo, os casos nacionais de corrupção política podem ser entendidos como objetos a comparar; comparação entre objetos identificados em cada “nação” – por exemplo, os fenómenos de corrupção política nacionais podem ser objetos de investigação comparada entre um ou mais países – ou num “espaço” regional/transnacional, por exemplo, comparar os casos de corrupção no “espaço lusófono”.

Na investigação cooperativa objetivamos “esgotar” a análise e compreensão dos fenómenos, a partir não só da mobilização de múltiplos enquadramentos teóricos, como pela observação multifacetada de um objeto. Por exemplo, quando dois investigadores exploram a análise de um caso de corrupção política, recorrendo a enquadramentos teóricos diversos e a dados oferecidos pela mesma base de dados, mas seguindo perspetivas distintas. Por exemplo, quando procuram observar diferenças na cobertura jornalística entre meios de comunicação, ou a opinião na imprensa e na televisão ou, ainda, como os jornais televisivos cobrem a atuação das instituições da justiça. Nas investigações comparativas, independentemente dos enquadramentos teóricos e as metodologias utilizadas, buscamos não

¹ Empregamos o conceito “campo” em sintonia com a definição de “campo social” em Pierre Bourdieu. O “campo social” representa um espaço simbólico, no qual as lutas pela dominação hegemónica determinam, validam e legitimam representações. Cada espaço corresponde, assim, a um campo específico – cultural, económico, educacional, científico, jornalístico etc. –, no qual é determinada a posição social dos agentes e onde se revelam, por exemplo, as figuras de “autoridade”, detentoras de maior volume de capital.

só aquilo que é constante nos fenómenos observados, isto é, os padrões, como também o que distingue, e torna único, um determinado fenómeno, ou elemento.

MACRO-ENQUADRAMENTOS

O projeto “Corrupção política nos média: uma perspetiva comparada Portugal, Brasil e Moçambique” fundamentou-se, no seu desenho inicial, em pressupostos teóricos e metodológicos desenvolvidos por Hallin e Mancini (2004, 2010, 2012). O objetivo das investigações empíricas realizadas foi, em primeiro lugar, contextualizar e descrever os fenómenos de corrupção política e, em seguida, explorar “mapas culturais” que caracterizassem cada país envolvido. No âmbito destes trabalhos pretendemos, também, observar as tensões entre perspetivas culturais nacionais (por exemplo, sobre o que é socialmente censurável em corrupção política) e fluxos culturais globais (por exemplo, indicadores de corrupção internacionais), assim como heranças advindas do colonialismo, por exemplo, relações entre políticos portugueses e brasileiros em negócios de Estado.

Tal como foi proposto por Livingstone (2012), para além de considerarmos as particularidades, enquanto unidades de análise, de cada um dos países envolvidos, tivemos em consideração os seus diversos contextos relacionais – nacionais, regionais e globais – com vista a identificar indicadores de análise comparáveis ou compatíveis. Estes procedimentos procuraram superar a dimensão nacional e apreender o que aproxima e diferencia os diversos países, criando condições para mapear, numa dimensão transnacional, o espaço lusófono, enquanto espaço regional na globalização. Por outro lado, e sem menosprezar a perspetiva pós-colonial, o nosso objetivo é aprofundar a transversalidade de determinados fenómenos políticos num contexto de “proximidade cultural” (Straubhaar, 2013).

Neste sentido, começamos por situar o enquadramento teórico deste projeto nas Ciências Sociais, mais especificamente nos Estudos sobre os Média, e dialogar com as diversas abordagens teóricas presentes nos trabalhos empíricos, a partir de revisões de literatura. Em seguida, descrevemos os percursos e as ferramentas metodológicas desenvolvidas pelos investigadores, com vista a aferir resultados e contributos para a compreensão dos fenómenos de corrupção política.

Consideramos relevante, neste sentido, discutir as teorias que foram desenvolvidas em torno dos conceitos globalização, cosmopolitismo e mediatização, tendo como foco o papel atribuído aos média. Estes três

conceitos geraram no final do século XX, início do segundo milénio, um debate sobre a necessidade de uma nova agenda de investigação para as Ciências Sociais (Beck, 2006; Beck & Sznaider, 2006; Ampuja, Koivisto & Valiveronen, 2014; Livingstone & Lunt, 2014). A discussão não adquiriu, apenas, implicações teóricas, como veremos, mas visou determinar abordagens metodológicas diferenciadas, fundadas na transdisciplinaridade e na capacidade de macro-contextualizações dos fenómenos dos média.

Globalização foi entendida como processo de interdependência crescente entre povos diferentes, regiões e países em todo o mundo, em conexão com a expansão do capitalismo, do consumo e dos estilos de vida (Giddens, 2001, p. 693). O conceito firmou-se como teoria nas Ciências Sociais, a partir da década de 1990, em simultâneo com o fim do bloco soviético e a consolidação das formas capitalistas, na sua vertente neoliberal de produção, por exemplo, com a expansão das empresas transnacionais e multinacionais e a desterritorialização de fluxos financeiros. A expansão do conceito, que inicialmente foi contestado e pouco acarinhado, acompanhou as sucessivas revoluções das tecnologias de informação e comunicação que permitiram acelerar os fluxos de informação (Castells, 2002, 2003), nomeadamente os financeiros.

A Teoria da Globalização chamou a atenção para a interdependência dos fenómenos, quer a nível local quer a nível global, não só na ótica de a valorizar, cunhando o conceito de “culturas híbridas” (Appadurai, 1996; Canclini, 1989, 1999), mas, também, pondo o acento nos “riscos” que essa interdependência de relações significava (Beck, 1992). Anteriormente, um outro grupo de autores como Robertson (1992), Featherstone (1990) e Wallerstein (1990) tinham equacionado o avanço da globalização, na sua dimensão cultural – muito centrada nos média – e económica, como uma tensão entre modelos de sociedade, a saber, o capitalismo e o socialismo. Seguindo este raciocínio, e no momento do colapso da União Soviética, Herman e McChesney (1997) apresentaram o fenómeno da globalização como um quase sinónimo de imperialismo. Enquanto Boaventura de Sousa Santos (2002), na análise que faz às Teorias da Globalização, enunciou uma série de falácias e contradições, fundadas no eurocentrismo/ocidentalismo metodológico dos cientistas sociais, e pôs em questão algumas das suas previsões tais como o fim do estado-nação, a relação de domínio do Norte face ao Sul, o papel libertador e homogenizante das tecnologias da informação e da comunicação. Por sua vez, o pensamento pós-colonial latino-americano considera que a globalização é uma reorganização da “autoridade pública mundial” que se traduz na configuração de um “bloco

imperial mundial”, de que o G8 seria a imagem síntese, em conluio com instituições de controle e de administração do capital financeiro mundial (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Goldman Sachs, Clube de Bildeberg, etc.) (Quijano, 2005).

Mantendo o princípio de apresentação deste debate em função das pesquisas empíricas realizadas no projeto “Corrupção política nos média: uma perspetiva comparada Portugal, Brasil e Moçambique” evocamos a abordagem complementar de Beck (2006) e Beck e Sznaider (2006). Estes autores desenvolveram o conceito de cosmopolitismo, como um programa metodológico para compreender os fenómenos de âmbito global. Ao constatar que a humanidade vive sob a ameaça de riscos globais, que nenhum estado-nação tem condições de superar isoladamente, Beck propõe uma revisão do conceito, não mais entendido como uma opção elitista individual – tal como era assumido no século XIX e até meados do século XX – mas algo que se afirma a partir de dentro das sociedades, como efeito colateral indesejado de opções políticas e económicas, nacionais e internacionais. Cotejando globalização e cosmopolitização Beck (2006) afirma que enquanto a globalização é algo que é compreendido como acontecendo “lá fora” (da nação) a cosmopolitização é entendida como acontecendo “cá dentro” (da nação). Por exemplo a globalização determina, na perspetiva dos países europeus, a desindustrialização e o aumento do desemprego na Europa, causados pela deslocalização das empresas e multinacionais em busca de mão-de-obra mais barata e menos entraves legais à produção; cosmopolitização é, por exemplo, a incorporação no quotidiano de comidas, roupas, elementos e utensílios culturais advindos de outras culturas e regiões. No entanto, a cosmopolitização, ao contrário da globalização, não avança como um programa, não implica tensões, nem progresso, nem aquisições morais. Trata-se antes de um processo, a médio e longo prazo, em que os espaços nacionais se desnacionalizam, esbatendo-se as fronteiras entre o nacional e o internacional dando origem a outras realidades, condicionadas a um outro espaço-tempo.

No espaço lusófono identificamos dois processos simultâneos e concomitantes de cosmopolitização. O primeiro processo de cosmopolitização, nem sempre necessariamente o mais evidente, advém da partilha de uma língua e de uma vivência histórica, marcadas pela dominação imperial portuguesa, e pelo desenvolvimento de um sistema mediático que tem como referência o Brasil (Davis, Straubhaar & Cunha, 2016). O segundo processo de cosmopolitização é inerente à expansão dos interesses globais, apoiados pelos grandes conglomerados dos média, proponentes de estilos de vida e consumos (Nordenstreng & Thussu, 2015).

Com base na observação destes enquadramentos de interdependência e de interrelação, consideramos pertinente para o nosso projeto a visão interdisciplinar e transdisciplinar das Ciências Sociais proposta por Beck e Sznaider com vista a reequacionar as fronteiras das metodologias empíricas. Pareceu-nos, ainda, oportuna a sugestão que as Ciências Sociais devem objetivar, a partir de temas, conceptualizar padrões relacionais, colocando o foco ora no nacional, ora no transnacional, sem perder, contudo, o olhar nacional. Por exemplo, explorar como os jornais televisivos fazem a cobertura dos fenómenos de corrupção em cada país e, em seguida, tentar identificar padrões de cobertura da corrupção política nos média, nomeadamente nos jornais televisivos portugueses e brasileiros, com o objetivo de apreender se há ou não elementos comuns e padrões semelhantes.

Deste modo, a proposta de Beck e Sznaider oferece um quadro consistente que nos permite situar as opções concetuais e metodológicas realizadas no projeto como um todo, e nas investigações empíricas em particular. Por outro lado, aqueles autores oferecem uma base consistente para aprofundar discussões em torno do que se pode entender, nomeadamente em Portugal e no Brasil, por “nacionalismo metodológico” e “cosmopolitismo metodológico”.

As críticas à Teoria da Globalização têm-se acentuado a partir da crise financeira global despoletada nos Estados Unidos entre 2007/2008. Diversos autores entre eles Ampuja (2010) e Ampuja, Koivisto e Valiverrone (2014) argumentam que há uma enorme lacuna de reflexão histórica e de atenção às realidades políticas e sociais, na análise que os cientistas sociais ocidentais fazem aos fenómenos da globalização. Para estes autores, há quase como que um esquecimento generalizado, na Teoria da Globalização, dos contextos históricos, políticos e sociais de cada espaço geográfico, ao que acresce a confiança exagerada colocada na natureza emancipatória da desterritorialização, da hibridação e do poder transformador das tecnologias da informação e comunicação. As críticas vão, ainda, no sentido de realçar que a Teoria da Globalização tende a promover e a louvar o projeto neoliberal global, comandado por interesses tecnológicos e financeiros difusos de empresas trans e multinacionais. Ora estas críticas determinam e exigem, segundo esses autores, uma nova agenda de pesquisa nas Ciências Sociais, incluindo no que toca ao papel dos média e das tecnologias de informação e comunicação.

Dentro deste enquadramento, são estudadas atualmente na Europa, as mudanças no *modus operandi* dos média, principalmente desde o início do milénio, a partir da discussão dos conceitos de “mediação” e

“mediatização” (Stromback, 2008; Stromback, 2011; Hepp, 2012; Livingstone & Lunt, 2014). A aceção destes conceitos não é nova. Anteriormente, outros autores europeus e norte-americanos (Berger & Luckman, 1969; Baudrillard, 1976; Altheide & Snow, 1979, 1988; Silverstone, 1999; Sparks & Tulloch, 2000) e, igualmente, latino-americanos (Martin-Barbero, 1998; Orozco Gómez, 2001) desenvolveram ideias muito semelhantes a partir de considerações sobre o papel dos meios de comunicação, principalmente da televisão. O que é novo nesta discussão, principalmente na Europa, é o papel central conferido aos média enquanto instituição e a sua crescente hegemonia e autonomia sobre as restantes instituições sociais. Embora as perspetivas teóricas e concetuais dos autores atrás nomeados sejam diferenciadas, observamos, como denominador comum, a preocupação com a emergência de uma “lógica dos média” associada e acompanhando o crescimento da “lógica dos mercados”, bem como a sinalização das repercussões destes fenómenos na democracia e na política (Couldry & Hepp, 2013).

No desenho do percurso teórico, traçado pelos autores europeus, que vai da “mediação” à “mediatização” há um consenso generalizado de que a mediação pressupunha a independência das instituições sociais face aos média e que estes estavam ao serviço daquelas instituições para comunicar com os cidadãos e “esclarecer” a opinião pública. Também está consensualizado o papel da televisão e a dinâmica que empreendeu como mediadora entre as instituições – respeitando as lógicas próprias das instituições que eram mediadas, as suas especificidades, ritmos, tempos e atores – e a sociedade. Os meios de comunicação foram, nessa perspetiva, os canais de comunicação entre as instituições e os cidadãos, enquanto a informação disponibilizada constituía um serviço inerente à liberdade de expressão em democracia.

Hepp (2012) compreende o conceito de mediatização como um metaprocessos, isto é, um constructo conceitual pelo qual se descreve um processo de mudança a longo-prazo. O conceito aponta para mudanças e cruzamentos culturais que, de processo em processo, influenciam a longo termo o desenvolvimento social e cultural da humanidade (Krotz citado em Hepp, 2012, p. 9).

Em função do nosso campo de investigação serem os média, centramos a análise no metaprocessos e nas lógicas de mediatização. Entendemos que as relações e as mudanças operadas nos meios de comunicação nas últimas décadas, principalmente a partir da hegemonia da televisão e do desenvolvimento de conteúdos em múltiplas telas, determinou um metaprocessos em que não estão conhecidos todos os seus potenciais efeitos

políticos e sócio-culturais. Por conseguinte é fundamental desenvolver uma agenda de investigação que envolva não só as lógicas mas, também, os contextos institucionais e tecnológicos dos média. Entre estes, e segundo Hepp (2012), os processos de “extensão” (alterações espaço-tempo, provocadas pelos meios); “substituição” (formas dos meios de comunicação se substituírem a instituições e atividades sociais); “amalgama” (mistura de experiências mediadas com outras não mediadas) e “acomodação” (encenação das instituições e atores à maneira dos média, sobretudo da televisão).

O debate em torno da “nova” Teoria da Mediatização europeia e dos conceitos de “mediação” e da “mediatização” aproximaram, na nossa perspetiva, os pesquisadores europeus e latino-americanos, nomeadamente no que toca às exigências de exploração dos macro enquadramentos de investigação, assim como à partilha de um aparato conceitual, independentemente das diferenças terminológicas circunstanciais e das geneologias teóricas reivindicadas.

Abordaremos de seguida, as componentes teóricas e metodológicas que são comuns e convergem mas, também, as que se destacam pela sua singularidade, nos trabalhos empíricos realizados no âmbito do projeto “Corrupção política nos média: uma perspetiva comparada Portugal, Brasil e Moçambique”².

TRAJETÓRIAS DE INVESTIGAÇÃO

A apresentação que faremos dos percursos empreendidos nestes trabalhos empíricos irá centrar-se nas seguintes componentes: contextos (objetivos e interpretativos), metodologias (quantitativas e qualitativas), desafios e resultados. No nosso entendimento, a noção de contexto deve ser entendido como um conjunto de elementos (dados) que constituem, simultaneamente o *background* e a moldura, para o estudo de sociedades, fenómenos, acontecimentos, grupos ou indivíduos (Talja, Keso & Pietilainen, 1999; Beck, 2006). O contexto fornece o enquadramento para a análise – a partir da recolha de dados, factuais, históricos, estatísticas e outros – de, por exemplo, um fenómeno ou acontecimento. Ele determina o conhecimento envolvente, datado no espaço e no tempo, sempre interrelacionado e em atualização. Deste modo, o que se pode enunciar sobre um contexto – e

² Não iremos descrever separadamente os trabalhos mas apenas referir procedimentos e percursos teóricos e metodológicos.

o que se pretende conhecer por meio de uma investigação – está irremediavelmente interligado, independentemente das discontinuidades entre um acontecimento e a sua observação. Esta perspetiva metodológica configura o contexto não como uma variável independente, mas como o local onde o fenómeno a observar se torna o objeto de pesquisa.

Por exemplo, o desenho do contexto que envolve os casos de corrupção política em Portugal, não pode dissociar-se da história e da cultura política portuguesa, dos 40 anos de ditadura (1933-1974) e da democratização recente. O mesmo contexto não pode esquecer os dados estatísticos relativos ao analfabetismo, ao PIB *per capita* e à injeção de capital advindo da entrada de Portugal na União Europeia (1986) e, finalmente a adesão ao Euro (2002), a crise financeira de 2007/2008, com génese nos Estados Unidos e repercursões na Europa e, mais especificamente, nos países do Sul da Europa.

Podemos distinguir, ainda, entre contexto objetivo e contexto interpretativo. O contexto objetivo constitui o mapa do conhecimento estabilizado, por exemplo, acontecimentos e períodos históricos, datas, dados estatísticos sobre corrupção, estatísticas sobre consumos, audiências, etc. O contexto interpretativo deve ser entendido como a capacidade de mobilizar teorias e conceitos pertinentes capazes de explicar, interpretar ou justificar determinados fenómenos. Os elementos para elaboração de um contexto objetivo encontram-se, em geral, disponíveis em cronologias, relatórios e outro tipo de documentos. Enquanto a organização do contexto interpretativo procede da identificação e seleção – entre aparatos teóricos, conceptuais e metodológicos disponíveis – realizada em função das escolas e paradigmas partilhados, bem como da trajetória pessoal dos investigadores. Por esta razão o contexto interpretativo tende a ser mais subjetivo que o objetivo, na medida em que este último surge como mais consensual e menos sujeito a “escolhas”.

Por exemplo, há um consenso – que se nota nas citações que perpassam a maioria dos textos do projeto – na validade dos dados disponibilizados sobre a corrupção apresentados por instituições internacionais como a Transparência Internacional, o Banco Mundial, o Eurostat ou o Latinobarómetro. Esta unanimidade não ocorre no contexto interpretativo que tende a mobilizar, nos diversos campos das Ciências Sociais, teorias e autores de escolas díspares, em função dos objetivos e hipóteses de trabalho de cada investigação empírica. Assim, por exemplo, e em função do campo, das teorias e dos conceitos evocados, as relações estabelecidas entre sistemas políticos e fenómenos de corrupção política diferem de investigador para

investigador, tanto em Portugal, como no Brasil ou ainda em Moçambique. Por outro lado, a ótica a partir da qual se investiga o objeto faz com que a literatura evocada se situe em diversos campos das Ciências Sociais, nomeadamente na Sociologia, Ciência Política, Ciências Jurídicas, Ciências da Comunicação, etc. Para além desta situação observamos que, em função dos países e das instituições a que pertencem os investigadores, há predominância de escolas e tradições epistemológicas diferenciadas, por exemplo, em Portugal anglo-saxónicas, no Brasil latino-americanas e europeias continentais, em Moçambique francesas e portuguesas. Nesta circunstância pode, ainda, ser discutível, ou mesmo problemática, a citação de obras e autores descontextualizados das escolas e dos seus contextos objetivos de investigação.

Um outro desafio metodológico identificado centra-se nas diferenças geográficas e de escala dos países envolvidos. Apesar de o espaço lusófono ser um conceito “mental”, a vivência desse espaço faz-se num território e num tempo determinado com antecedentes históricos e culturais singulares. A situação geográfica e a escala desses territórios tem implicações políticas, sociais e económico/financeiras. Observamos como refere Boaventura Sousa Santos (2003) que a periferia ou semi-periferia de Portugal, e por conseguinte do império colonial português, não deixou de operar com as categorias de colonizador e colonizado, malgrado as “especificidades” reivindicadas periodicamente pelas ideologias coloniais, tais como o Lusotropicalismo. Por outro lado, salientamos que em todos estes países, aos elementos advindos de uma partilha de história e de traços culturais e linguísticos, se sobrepõem elementos globais, ou tendências globais, que foram apropriados pelos indivíduos e pelas sociedades e caracterizam o funcionamento dos diversos sistemas, político, económico, mediático, judicial, etc. Acresce que os países que compõem o espaço lusófono hoje estão situados em continentes com percursos, histórias, dinâmicas e vivências muito diferentes, mas com igual estatuto de subordinação perante a globalização hegemónica.

Por exemplo, a investigação sobre a cobertura jornalística da corrupção tem que ter presente a genealogia dos sistemas mediáticos, no século XX, dos países que se pretende analisar. Assim, o sistema mediático em Portugal, país que se situa na Península Ibérica e na Europa, nasceu com um forte setor público, independentemente de contemplar a atividade privada desde a sua fundação. A ditadura, com todo o seu aparato de censura e controlo governamental, influenciou diretamente a atividade dos meios de comunicação de 1933 a 1974. A revolução de 1974 condicionou a atuação

dos média até ao início da década de 1990. A adesão de Portugal na União Europeia (1985) teve consequências na liberalização e desregulamentação do sistema mediático português que, no novo milénio, adquiriu novas configurações a partir da entrada de capitais estrangeiros, nomeadamente angolanos (Figueiras & Ribeiro, 2013). Por outro lado, o sistema mediático brasileiro tem, desde a sua origem, um forte e dinâmico setor privado que subsistiu à ditadura e aos regimes militares. Grandes grupos dos média existem desde a década de 1950, e apesar de a sua génese ser a imprensa, expandiram-se rapidamente para a rádio e a televisão, com grande inspiração nos Estados Unidos da América. A democracia na década de 1980 trouxe um aumento de concessões de meios de comunicação a grupos privados com ligações aos partidos políticos então dominantes (PSDB e PMDB) (Gomide & Haje, 2013). Em Moçambique impera um setor público herdeiro da tradição de “partido único” e um setor privado que nasceu do concluiu entre interesses internacionais e privilégios atribuídos a membros da nomenclatura do partido único (Salgado, 2011). Ao olharmos para os média portugueses, brasileiros ou moçambicanos sem este *background*, arriscamo-nos a descontextualizar algumas das suas particularidades.

Podemos, ainda, nomear outras dificuldades, de natureza mais instrumental, como a existência, ou não, de instituições de recolha e tratamento de dados, tais como hemerotecas, centros de documentação e bibliotecas, bem como diferentes critérios de recolha e tratamento desses materiais. Por exemplo, os centros de documentação em Portugal e no Brasil disponibilizam material com bastante continuidade e qualidade, o que não acontece em Moçambique. Notamos, ainda, que o Brasil tem um centro de documentação especializado – a Corrupteca – situado na Universidade de São Paulo, que reúne materiais noticiosos, artigos e outros elementos pertinentes para o estudo da corrupção.

Outro problema grave é o acesso ao material audiovisual, como por exemplo, à programação de televisão, rádio ou aos arquivos da internet. Não existem políticas – no espaço lusófono – que atribuam a esses materiais, após a sua exibição, um estatuto de informação ou memória pública. Por outro lado, quando há arquivos, as políticas das instituições são extremamente restritas e privilegiam os direitos de autores, tornando os acessos extremamente seletivos e os preços dos materiais incomportáveis para fins académicos. Identificamos, ainda, outras particularidades que dificultam estas investigações tais como, as diferentes estruturas dos sistemas mediáticos, formas de censura – mais ou menos velada – aos jornalistas, dificuldades em aceder e utilizar *softwares* próprios à pesquisa em Ciências Sociais, assim como deficiências na especialização dos recursos humanos.

Igualmente importante, no que toca às metodologias são as práticas consolidadas – em cada país, instituição universitária ou de investigação – de fazer “ciências sociais” e, por conseguinte, de fazer “Estudos sobre os Média”. Estas práticas seguem e instituem escolas e procedimentos, validam ou desprestigiam procedimentos, consolidam hierarquias de poder, não necessariamente aferidas pela inovação e os resultados, mas pautadas por um certo “nacionalismo metodológico” – que tende a refletir a tendência hegemónica de investigação dentro de um espaço nacional – e a capacidade de o impôr como paradigma dominante.

Recordamos que o conceito de “nacionalismo metodológico” não é um conceito de metodologia, mas de sociologia, ou mais especificamente da teoria social da sociologia. Trata-se de um conceito que podemos extrapolar para os Estudos sobre os Média e que pressupõe que a unidade de análise é a sociedade nacional, ou o estado nacional, ou a combinação de ambos (Beck & Sznaider, 2006). No entanto, o objetivo das investigações cooperativas e comparativas é recuperar a ideia de “cosmopolitismo metodológico” no sentido de nos debruçarmos sobre fenómenos transnacionais, normalmente associados a realidades e transformações advindas do processo designado como “globalização”. Neste processo, e a partir de investigações empíricas nacionais, a proposta metodológica é perceber como se dissolvem e misturam elementos globais e locais, nacionais e internacionais, o “nós” e os “outros”. Por exemplo, nos trabalhos sobre os média e a corrupção política, foi interessante perceber os elementos partilhados advindos do espaço lusófono – como por exemplo, a participação ambígua das elites tradicionais naqueles fenómenos – mas, também, os elementos associados à “globalização”, como a drenagem de proventos ilícitos para paraísos fiscais.

Os trabalhos empíricos contribuem, deste modo, para a análise e compreensão das formas de sobreposição e mistura dos dois níveis de “cosmopolitização”: o que se efetiva e circula pelo espaço lusófono (foco nacional e regional) e o que tem a dimensão mundo (foco transregional). O foco nacional aponta para a aferição de apropriações nacionais, feitas de determinados valores partilhados, como por exemplo, a dificuldade em entender a corrupção no âmbito do quotidiano ou, ainda, o papel da justiça e das elites nestes fenómenos. Em contrapartida, o foco regional identifica elementos transversais ao espaço lusófono, que sendo, também, tendências globais, adquirem nesta região particularidades, como, por exemplo, a relevância atribuída a determinados comportamentos económicos e financeiros na cobertura noticiosa televisiva.

DESAFIOS METODOLÓGICOS

O projeto de investigação nasceu e foi desenhado em Portugal, o que determinou a execução do mesmo. Na verdade, os colegas do Brasil e de Moçambique foram convidados a participar, a partir das investigações que estavam a desenvolver nas suas instituições. O projeto constituiu mais um agregador de trabalhos sobre a cobertura jornalística da corrupção política que um trabalho cooperativo ou comparativo sobre a temática. Na medida em que não houve capacidade financeira e técnica para desenhar conjuntamente as metodologias a utilizar na execução do projeto, os convites foram realizados em função de objetivos comuns identificados em trabalhos de investigadores brasileiros e moçambicanos. No entanto, esta dinâmica gerou, igualmente, equívocos pois nem todos os investigadores estavam focados na mesma aceção de “corrupção política”, nem tinham o mesmo entendimento sobre “cobertura jornalística”. Por exemplo, em Moçambique, as investigações sobre corrupção política estavam maioritariamente associadas à corrupção dos processos eleitorais e à sua repercussão nos meios de comunicação nacionais.

Deste modo, as metodologias utilizadas pelas diversas equipas foram diferentes se bem que partindo, como veremos mais à frente, de teorias e conceitos semelhantes a partir de uma bibliografia mínima partilhada, nomeadamente da obra de Hallin e Mancini (2004) e suas atualizações (Hallin & Mancini, 2010, 2012). Seguindo o modelo apontado por estes autores (Cunha & Serrano, 2014), a preocupação inicial do projeto foi esboçar e caracterizar os contextos de cada país participante no que concerne ao fenómeno da corrupção, tendo em conta as características particulares dos sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos legais³. De forma resumida, o sistema político brasileiro e moçambicano caracteriza-se pelo presidencialismo e federalismo, enquanto o português é semipresidencial e parlamentar, com um executivo presidido pelo Primeiro-Ministro. Nos três países, a Justiça é, constitucionalmente, independente do poder político, mas esta autonomia tende a estar condicionada – em graus diferentes nos três países – por esse mesmo poder. Como, também, assinalámos os sistemas mediáticos apresentam genealogias diferentes: em Portugal há um setor público e um setor privado; no Brasil domina o setor privado e um pequeno setor público; em Moçambique o domínio é público e o privado encontra-se condicionado aos interesses do partido do

³ Estas preocupações deram origem à publicação de diversos artigos reunidos no livro *Cobertura Jornalística da Corrupção Política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos jurídicos*.

poder e aos seus representantes. A natureza e a tolerância aos fenômenos da corrupção, em cada país, é, também, diferenciada em função da cultura e dos valores, bem como da trajetória histórica vivenciada por cada um daqueles países.

Empreendemos, também, uma revisão de literatura nacional e internacional nos diversos campos das Ciências Sociais. Nestas leituras identificamos múltiplas correntes teóricas sobre os fenômenos de corrupção o que dificultou estabilizar a compreensão de conceitos e fenômenos como “mídia e corrupção” e “cobertura jornalística da corrupção política”. Esta discussão envolveu um trabalho de revisão bibliográfica extenso e a assunção de que existem entendimentos diversos, em função da trajetória histórica e cultural de cada país participante, acerca do fenômeno de corrupção e do papel dos mídia. No entanto, são referências constantes autores como Della Porta e Mény (1995), Heidenheimer, Johnston e Levine (1989), Heidenheimer e Johnston (2002), Johnston (2005) e Rose-Ackermann (1999). Identificamos também referências a autores nacionais, por exemplo, no caso português Sousa e Triães (2007) e Maia (2010); ou no caso brasileiro Avritz (2002), Filgueiras (2008) e mais recentemente Moisés (2010). Nas Ciências da Comunicação, mais precisamente nas Teorias dos Mídia e do Jornalismo estão consensualizados autores como McCombs e Shaw (1972), Scheufelle (2000), Hallin e Mancini (2004) e Traquina (1994).

Na verdade, não foi possível chegar a um consenso sobre a perspectiva teórica mais capaz de enquadrar e permitir a análise dos fenômenos de corrupção política. Contudo, na execução do projeto em Portugal parecemos que o trabalho de Johnston (2005), ao propor quatro grandes categorias para a observação da corrupção, reúne e oferece elementos capazes de explicar de forma comparativa aqueles fenômenos. A tipologia proposta para a análise das síndromes, ou patologias da corrupção – “Influência dos Mercados” [Influence Market], “Cartéis de Elites” [Elite Cartel], “Oligarcas e Clãs” [Oligarch and Clan] e “Funcionários e Magnatas” [Official Moguls] – insere-se num contexto de políticas neoliberais mundializadas e assenta na mensuração da credibilidade das instituições públicas e privadas em democracia, assim como nas oportunidades de bem-estar oferecidas aos cidadãos.

O projeto desenhado em Portugal identificou, à partida, um *corpus* de análise centrado em quatro casos de alegada corrupção política e um período de análise de 2005 a 2012. No Brasil, as equipas estavam, igualmente a trabalhar sobre casos de corrupção política de âmbito nacional, ocorridos neste período. Em Moçambique, confrontámo-nos com investigadores que

analisavam casos da década anterior relativos a fraudes em eleições e outros que tinham uma perspectiva mais próxima do projeto em execução. Os casos analisados em todas as equipas assemelhavam-se por incluir três critérios primordiais: casos de âmbito nacional; casos que tinham figuras políticas de primeiro plano como protagonistas; casos que envolviam interesses ou ramificações internacionais.

Frisamos, por isso, que os trabalhos empíricos resultaram num conjunto de textos que apresentam dados sobre realidades nacionais o que nos permite traçar um panorama facetado e complexo, onde a dimensão comparativa adquire valor substancial.

Os trabalhos em Portugal e no Brasil visaram, em primeiro lugar, identificar padrões de cobertura jornalística na imprensa e na televisão, bem como nas redes sociais. Em seguida, cotejámos convergências e divergências, nessa cobertura, entre casos nacionais e, ainda, entre casos nos dois países. Em Portugal selecionaram-se os casos Freeport, Face Oculta, BPN e Submarinos; no Brasil o Mensalão (com desdobramentos em Portugal), o Petrolão e o Lava-Jato.

Na dimensão operativa do projeto recorremos a instrumentos de recolha de dados, a partir da investigação estatística e documental. No caso dos jornais televisivos, o material foi comprado, em Portugal, à empresa Marktest, enquanto no Brasil as captações foram realizadas nos *sites* abertos das estações televisivas (Coutinho & Oliveira, 2015). Na análise de blogs políticos, que só se realizou em Portugal, o critério foi isolar os 10 com maior média de visitas (Serrano & Calado, 2015).

Ainda nesta dimensão operativa, a execução do projeto em Portugal envolveu a construção e validação de bases de dados em SPSS (Statistical Package for Social Science) relativas aos conteúdos manifestos dos meios de comunicação que integraram o *corpus*⁴. Com vista à padronização e normalização do preenchimento destas bases de dados foram, igualmente, construídos e aferidos *codebooks* (livros de códigos) relativos à imprensa, televisão e *blogs*. Para a análise dos *blogs* recorreu-se às novas ferramentas e metodologias de análise da *web* 2.0 (Herring, Scheidt, Kouper & Wright, 2006, pp.3-20). Dado o volume de dados registados, entre 2005 e 2012, a análise do *corpus* foi restringida, em Portugal, ao ano de 2009, ano de eleições, exceto no caso Submarinos, dado que registou um maior número de peças no ano de 2010. Nos canais de televisão de sinal aberto – SIC, TVI e

⁴ A mestre e bolsista do Projeto Patrícia Contereiras teve a seu cargo a construção e validação das bases de televisão. A licenciada Carla Oliveira teve a seu cargo a construção e validação das bases de imprensa.

RTP1 – foi feita a análise de todas as peças televisivas e construídas bases para cada um dos quatro casos (BPN, Face Oculta, Freeport e Submarinos). Na imprensa, foi adotado o mesmo procedimento relativamente à construção de bases de dados que registaram os jornais *Diário de Notícias* e *Público*, os semanários *Expresso* e *Sol*.

No Brasil, e em Moçambique, as equipas utilizaram metodologias próprias às suas realidades, tendo em consideração a dimensão do corpus, assim como os recursos humanos disponíveis. No Brasil, os colegas optaram pela análise do discurso na imprensa e pela observação das rotinas e procedimentos técnicos utilizados na televisão, com vista a identificar padrões noticiosos.

Os resultados obtidos permitiram identificar a existência de uma rotina jornalística que perpassa a produção noticiosa. Estas rotinas levam a que os meios de comunicação mantenham determinados padrões noticiosos, independentemente das circunstâncias e das especificidades dos casos, ao selecionar, de forma constante, valores-notícia semelhantes. Em Portugal identificámos padrões de cobertura, em todos os meios (imprensa, televisão e *blogs*) a partir da análise dos conteúdos manifestos e dos resultados estatísticos obtidos a partir dos *outputs* das bases e dos seus cruzamentos. As rotinas são comuns a Portugal e ao Brasil mas a cultura jornalística e a cultura política conferem especificidades à cobertura jornalística em cada país⁵. Em Moçambique, a censura política e a autocensura, bem como o papel do jornalismo “de partido único” conferem características específicas às coberturas jornalísticas, onde o que está subentendido adquire grande valor noticioso.

Os resultados apontam para a semelhanças na cobertura jornalística em Portugal e no Brasil, nomeadamente no que concerne à visibilidade concedida aos atores políticos, independentemente, ou não, do seu envolvimento nos casos analisados, bem como o fraco protagonismo dos corruptores, sejam eles pessoas ou instituições. Têm, igualmente, um grande peso nestes dois países as rotinas e a aplicação de critérios noticiosos estabelecidos, isto quer dizer que há “receitas pré-prontas” que determinam

⁵ Os resultados destes trabalhos foram apresentados em diferentes encontros internacionais (AM-POC, 2014, Ibercom 2015, Confibercom 2015, IAMCR, 2015) e nacionais (Colóquios em Lisboa, Coimbra e Porto entre 2014 e 2015) e encontram-se *online*. O Centro de Investigação, Media e Jornalismo (CIMJ) publicou também uma revista dedicada à temática Media e Corrupção (nº 26) (disponível em http://www.cimj.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1335:8&catid=25:noticias&Itemid=166). Estão previstas ainda duas outras publicações reportando entrevistas de jornalistas sobre corrupção política e aspetos referentes aos discursos da imprensa, da televisão e das redes sociais sobre a corrupção política.

a forma de fazer jornalismo. Contudo, notámos diferenças, entre Portugal e o Brasil, na forma de nomear e aceder a fontes, nos “estilos” noticiosos, na intensidade das “acusações”, assim como na relação com a Justiça e seus agentes e no modo como se apresenta a “desocultação” dos casos. Também, em ambos os países, as instituições públicas apresentam grande protagonismo e enquadramentos preferencialmente desfavoráveis, sobretudo, nos jornais televisivos. Salientamos, ainda, um grande protagonismo da Justiça e dos seus agentes, que são profundamente mediatizados, principalmente, quando envolvem “lutas” de campo, entre a Justiça e a Política.

As investigações tendem, ainda, dentro da proposta de Johnston (2005) a situar os três países integrantes do projeto, no que toca à corrupção política, num momento de mudança de paradigmas. Portugal estaria numa fase em que acumula patologias inerentes quer aos “Cartéis de Elites” como à “Influência de Mercados”, estando as instituições públicas sob grande pressão dos mercados financeiros. O Brasil parece acumular patologias intrínsecas à síndrome de “Oligarquias e Clãs”, bem como de “Cartéis de Elites”, embora manifeste, também, características presentes na síndrome “Influência de Mercados”. Nesta amálgama as instituições públicas e privadas encontram-se fortemente descredibilizadas e os cidadãos pressionam – principalmente na rua e nas redes sociais – com vista à regeneração. Em Moçambique as patologias da corrupção encontram-se na sua quarta modalidade, isto é associadas à prevaricação dos funcionários públicos e dirigentes do partido dominante, embora se faça sentir condicionantes com vista à abertura ao mercado global.

O desenvolvimento do projeto “Corrupção política nos média: uma perspetiva comparada Portugal, Brasil e Moçambique” pôs, ainda, em evidência questões discutidas a partir das teorias da mediatização (Stromback, 2008, 2011; Hepp, 2012; Livingstone & Lunt, 2014), com exceção de Moçambique onde os média, nomeadamente a televisão, têm um papel muito incipiente, centrado em dois centros urbanos, as cidades de Maputo (capital) e Beira.

Lembramos que o metaprocesso mediatização caracteriza-se pela crescente independência dos média face às instituições e pelo distanciamento progressivo que estes vão adquirindo perante os enquadramentos legislativos e as políticas regulatórias. Este fenómeno efetiva-se a partir da conjugação de duas dinâmicas paralelas: o afastamento dos média das suas primordiais funções em democracia, assumindo lógicas próprias enquanto instituição autónoma, e o reconhecimento, pelos atores políticos, de que as suas estratégias de comunicação terão que estar subordinadas

às lógicas dos média. Neste sentido, o poder dos média passa a residir não só na sua independência perante as demais instituições sociais, mas no facto das suas lógicas – formatos, conteúdos, prioridades, ritmos, gramáticas, etc. – se sobreporem a todas as outras lógicas institucionais, moldando o pensamento e condicionando o conhecimento dos cidadãos sobre o mundo. A mediatização das instituições sociais contribui para a construção de uma “realidade mediatizada” que pressupõe uma visão do mundo que salienta ou apaga determinados fenómenos e perspetivas, condicionando, definitivamente, a observação do “mundo real”. A mediatização da corrupção política conduz, por um lado à desocultação deste fenómeno e “dá a ver” como funcionam determinados atores e instituições públicas e privados mas, por outro lado, promove sistematica e quotidianamente a descredibilização dos atores e das instituições democráticas perante a opinião pública.

APONTAMENTOS PARA O FUTURO

Estas investigações contribuíram, na nossa perspetiva, para a construção de um grupo de investigadores, talvez o embrião de uma rede de investigação académica, interessados em comunicação e política no espaço lusófono. As dificuldades registadas e observadas ao longo deste projeto reforçam a necessidade de se investir e aprofundar trabalhos desta natureza, que partilhem conhecimentos e metodologias.

Compreendemos, também, que as categorias comparativas propostas por Hallin e Mancini (2004) não são suficientes para apreender a transversalidade dos fenómenos de corrupção política, uma vez que aqueles autores privilegiam a análise dos fenómenos em contextos nacionais e só, posteriormente, os comparam. Para além da observação e descrição dos sistemas políticos, mediáticos e dos enquadramentos legais, foi necessário buscar outras características de análise para a apreensão daqueles fenómenos (Johnston, 2005).

Constatamos, ainda, nas diferentes abordagens a presença de muitos elementos próprios aos “nacionalismos metodológicos” e a dificuldade que os pesquisadores têm em repensar os protocolos de pesquisa e as abordagens teóricas e metodológicas consensualizadas. Assim, e para reflexão futura, colocamos as questões: em que medida fenómenos transversais às sociedades globalizadas encontram respostas em procedimentos rotinizados e consensualizados em escolas e centros de investigação? Como obter “conhecimento” a partir da aplicação de protocolos e rotinas

consolidados pelos atuais paradigmas dominantes? Como evitar a valorização de canones e "formatos" de pesquisa em detrimento dos conteúdos da "descoberta"? Ou ainda, como ultrapassar "as modas" teórico-metodológicas que acompanham as pesquisas em Ciências Sociais?

Estas e outras questões surgiram ao longo deste projeto sobre os mídia e a corrupção política que pretendeu inovar metodologicamente, apresentar dados originais, manter a fiabilidade e a credibilidade dos seus procedimentos e, principalmente, contribuir para o avanço dos Estudos sobre os Mídia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Altheide, D. L. & Snow, R. P. (1979). *Media Logic*. Beverly Hills: Sage.
- Altheide, D. L. & Snow, R. P. (1988). Toward a theory of mediation. In: J. A. Anderson (Ed.), *Communication Yearbook 11* (pp. 194-223). Newbury Park: Sage.
- Ampuja, M. (2013). *Theorizing Globalization: A critique of the Mediatization of Social Theory*. Leiden: Brill.
- Ampuja, M.; Koivisto, J. & Valiveronen, E. (2014). Strong and Weak Forms of Mediatization Theory. *Nordicom Review 35, Special Issue*, 111-123.
- Appadurai, A. (1996). *Modernity at Large*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Avritz, L. (2002). *Democracy and the Public Space in Latin America*. Princeton: Princeton University Press.
- Baudrillard, J. (1976). *L'échange symbolique et la mort*. Paris: Gallimard.
- Beck, U. (1992). *Risk Society: Towards a New Modernity*. Londres: Sage.
- Beck, U. (2006). The cosmopolitan Condition, Why Methodological Nationalism Fails. *Theory, Culture & Society*, 24(7-8), 286-290.
- Beck, U. & Sznaider, N. (2006). Unpacking cosmopolitanism for the social sciences: a research agenda. *The British Journal of Sociology* 57(1), 1-23.
- Berger, P. L. & Luckman, T. (1969). *The social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge*. Londres: Penguin.
- Canclini, N. (1989). *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp.
- Canclini, N. (1999). *La globalización imaginada*. Barcelona: Ed. Paidós.

- Castells, M. (2002). *A sociedade em rede*, Vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Castells, M. (2003). *O Poder da Identidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Couldry, N. & Hepp, A. (2013). Conceptualizing Mediatization: *Contexts, Traditions, Arguments, Communication Theory*, 23(3), 191-202.
- Coutinho, I. & Oliveira Filho, J. T. (2015). A cobertura televisiva da corrupção em anos eleitorais: uma análise do enquadramento do caso Petrolão nos noticiários de emissoras pública e comercial. *Revista Media & Jornalismo*, 26(14) 1,149-166.
- Cunha, I. F. & Serrano, E. (Eds.) (2014). *Cobertura Jornalística da Corrupção Política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos jurídicos*. Lisboa: Alêtheia.
- Davis, S.; Straubhaar, J. & Cunha, I. (2016). The Construction of a Transnational Lusophone Media Space: A historiographical Analysis. *Popular Communication: The International Journal of Media and Culture*, 14(4), 212-223.
- Della Porta, D. & Mény, Y. (1995). *Démocratie et Corruption en Europe*. Paris: La Découverte.
- Featherstone, M. (1990) *Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes.
- Figueiras, R. & Ribeiro, N. (2013). New Global Flows of Capital in Media Industries after the 2008 Financial Crisis: The Angola-Portugal Relationship. *The International Journal of Press/Politics*: 18(4), 508-524.
- Filgueiras, F. (2008). *Corrupção, democracia e legitimidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Giddens, A. (2001). *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
- Gomide, C. & Haje, L. (2013). Brasil: algumas conquistas, grandes desafios. In E. Geraldes & S. Leal (Eds.), *Políticas de Comunicações: um estudo comparado Brasil, Espanha, Estados Unidos, México e Venezuela* (pp.32-72). Salamanca: Comunicación Social: ediciones y publicaciones.
- Hallin, D. & Mancini, P. (2004). *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hallin, D. & Mancini, P. (2010). Comparative Media Systems. In B. Dobek-Ostrowska; M. Glowacki; K. Jakubowicz. & M. Sukosd (Eds.), *European and Global Perspective* (pp. xi-xiv). Budapest: CEU Press.

- Hallin, D. & Mancini, P. (2012). *Comparing Media Systems Beyond the Western World*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Heidenheimer, A. & Johnston, M. (2002). *Political Corruption: Concepts and Contexts*. New Brunswick, NJ : Transaction Publishers.
- Heidenheimer, A.; Johnston, M. & Levine, V. (1989). *Political Corruption: A Handbook*. New Brunswick, NJ : Transaction Publishers.
- Hepp, A. (2012). Mediatization and the "Moulding Forces" of the Media. *Communications*, 37, 1-28.
- Herman, E. & McChesney, R. (1997). *The Global Media: The New Missionaries of Corporate Capitalism*. London: Cassell.
- Herring, S. C.; Scheidt, L. A.; Kouper, I. & Wright, E. (2006). A longitudinal content analysis of weblogs: 2003-2004. In M. Tremayne (Ed.), *Blogging, Citizenship, and the Future of Media* (pp.3-20). London: Routledge.
- Johnston, M. (2005). *Syndromes of corruption: wealth, power and democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Livingstone, S. (2012). Challenges to Comparative research in globalization media landscape. In F. Esser & T. Hanitzch (Eds.), *Handbook of Comparative Communication Research. ICA Handbook Series*. Nova Iorque: Routledge.
- Livingstone, S. & Lunt, P. (2014). Mediatization: na emerging paradigm for media and communication studies. In K. Lundby (Ed.), *Mediatization of Communication. Handbook of Communication Science (21)* (pp.703-724). Berlin: De Gruyter Mouton.
- Maia, A. J. (2010). *Corrupção realidade e percepções: o papel da imprensa*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Martin-Barbero, J. (1998). *De los Medios as las mediacones: comunicacion, cultura y hegemonia*. Bogotá: Convênio Andres Bello.
- McCombs, M. & Shaw, D. (1972). The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, 36(49), 51-78.
- Moisés, J. A. (Ed.) (2010). *Democracia e Confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas*. São Paulo: EDUSP.
- Nordenstreng, K. & Thussu, D. K. (2015). *Mapping BRICS Media*. Londres: Routledge.

- Orozco Gómez, G. (2001). Audiencias, Televisión y Educación: una desconstrucción pedagógica de la "televidencia" y sus mediaciones. *Revista Ibero-americana de Educación. Organização dos Estados Iberoamericanos, Setembro-Dezembro*, 27.
- Quijano, A. (2005). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latino-americanas*. Retirado de http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf
- Robertson, R. (1992). *Globalization: Social Theory and Global Culture*. Londres: Sage.
- Rose-Ackermann, S. (1999). Political Corruption and Democracy. *Faculty Scholarship Series*, 592. Retirado de http://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/592
- Salgado, S. (2011) O digital entre os muitos divide de África. *Media & Jornalismo*, 18(10)1,100-111. Retirado de http://www.cimj.org/images/stories/docs_cimj/18artigo-6.pdf
- Santos, B. de S. (2002). Os processos da Globalização. Retirado de <http://www.eurozine.com/articles/2002-08-22-santos-pt.html>
- Santos, B. de S. (2003). Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. Retirado de http://novosestudios.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/100/20080627_entre_prospero_e_caliban.pdf
- Scheufele, D. (2000). Agenda-setting, priming, and framing revisited: another look at cognitive effects of political communication. *Mass Communication & Society*, 3(2&3), 297-316.
- Serrano, E. & Calado, V. (2015). Serão os blogs uma alternativa aos meios na discussão de temas como a corrupção política? *Revista Media & Jornalismo*, 26(14)1, 91-110.
- Silverstone, R. (1999). *Why study the media?* Londres: Sage.
- Sousa, L. de & Triães, J. (2008). *A Corrupção e os Portugueses - Atitudes, Práticas e Valores*. Lisboa: Edições Rui Costa Pinto.
- Sparks, C. & Tulloch, J. (2000). *Tabloid Telles; Global Debates Over Media Standards*. Londres: Rowman e Littlefield.
- Straubhaar, J. (2013). Sedimentada, híbrida e múltipla? A nova geografia cultural das identidades. São Paulo: *Revista Matrizes*, 7(1), 59-93.
- Stromback, J. (2008) Four Phases of Mediatization: an Analysis of the Mediatization of Politics. *Press Politics* 13(3), 228-246.

- Stromback, J. (2011) Mediatization and perceptions of the Media’s Political Influence. *Journalism Studies*. 12, 423-439.
- Talija, S.; Keso, H. & Pietilainen, T. (1999). The production of “context” in information seeking research: a metatheoretical view. *Information Processing and Management*, 35, 751-763.
- Traquina, N. (1994) (Ed.). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Vega.
- Wallerstein, I.; Amin, S.; Arrighi, G. & Frank, A. G. (1990). *Transforming the Revolution: Social Movements and the World-System*. Nova Iorque: Monthly Review Press.

Citação:

Cunha, I. F. (2017). Pesquisa cooperativa e comparativa: o projeto “Média e corrupção (Portugal, Brasil e Moçambique)”. In M. Gama & H. Sousa (Eds.), *Contributos do Congresso Internacional “Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Um olhar sobre a realidade lusófona”* (pp. 24-46). Braga: CECS.